ENERGIA DOS VENTOS
geração de energia

Alupar

Energia dos Ventos II S.A.

(Em Fase Pré-Operacional) CNPJ nº 15.319.876/0001-72

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. **A Administração**

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		**5.043**	**1.389**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.294	554
Impostos a recuperar		109	35
Mútuo a receber - partes relacionadas	10	2.640	800
Não circulante		**54.556**	**9.683**
Imobilizado	6	54.541	9.683
Intangível	7	15	–
Total do ativo		**59.599**	**11.072**

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante		**49.244**	**2.080**
Fornecedores	8	20.141	44
Empréstimos e debêntures	9	29.032	2.000
Salários, férias e encargos sociais		37	24
Impostos e contribuições sociais a recolher		34	11
Outras obrigações		–	1
Patrimônio líquido		**10.355**	**8.992**
Capital social	11	10.500	9.100
Prejuízo acumulado		(145)	(108)
Passivo e patrimônio líquido		**59.599**	**11.072**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas operacionais		
Serviços de terceiros	(35)	(41)
	(35)	**(41)**
Prejuízo antes do resultado financeiro	**(35)**	**(41)**
Despesas financeiras	(2)	(2)
	(2)	**(2)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(37)**	**(43)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–
Prejuízo do exercício	**(37)**	**(43)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo líquido do exercício	**(37)**	**(43)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(37)**	**(43)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(37)	(43)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias, líquidas)	9	3.708	–
		3.671	**(43)**
(Aumento) redução no ativo			
Impostos a recuperar		(74)	(33)
Outros ativos		–	6
		(74)	**(27)**
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		–	22
Salários, férias e encargos sociais		13	2
Impostos e contribuições sociais a recolher		23	7
Outros passivos circulantes		(1)	1
		35	**32**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		**3.632**	**(38)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado		(24.761)	(9.240)
Adições no intangível	7	(15)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(24.776)**	**(9.240)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital		1.400	5.277
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	9	25.381	2.000
Amortização de principal do financiamento	9	(2.000)	–
Amortização de juros do financiamento	9	(57)	–
Mútuos concedidos - partes relacionadas	10	(1.840)	(800)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		**22.884**	**6.477**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**1.740**	**(2.801)**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	5	554	3.355
Saldo no final do exercício	5	2.294	554
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**1.740**	**(2.801)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**510**	**(65)**	**445**
Integralização de capital	8.590	–	8.590
Prejuízo do exercício	–	(43)	(43)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**9.100**	**(108)**	**8.992**
Integralização de capital	1.400	–	1.400
Prejuízo do exercício	–	(37)	(37)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**10.500**	**(145)**	**10.355**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Informações gerais: A Energia dos Ventos II S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 428 de 16 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ubatuba, constituída de sete unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada e 5.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter seis Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada e 6.097 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.652 de 23 de fevereiro de 2016. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/211, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. A Companhia é controlada diretamente pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"). A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e sua entrada em operação estava prevista para 01 de janeiro de 2016, em função do deslocamento de cronograma da conclusão das obras, a Companhia estima que a entrada em operação se dará no primeiro semestre de 2016. Em função desse deslocamento a Companhia providenciou compra de -10,202 MWm, para cumprir as cláusulas de fornecimento de acordo com a venda de energia do Leilão nº 07/11. A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2015 capital circulante negativo no montante de R$ 44.201 devido ao seu estágio pré-operacional, que demanda quantias significativas de investimentos para construção do parque eólico. Diante desse cenário a Companhia está avaliando a captação de aportes financeiros de terceiros ou de seus próprios acionistas. Se necessário seus acionistas concederão todo o suporte financeiro de modo que a Companhia cumpra com suas obrigações, sejam elas de curto prazo ou de longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 10 de março de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. *3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *3.1.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:* Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.4 Intrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5 Imobilizado e Intangível:** *3.5.1 Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado e do intangível estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e debêntures obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável. *3.5.2 Depreciação e amortização:* A depreciação e amortização se iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada com base nos critérios previstos na Resolução ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. **3.6 Tributação:** O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/ 2014
Aplicações financeiras	2.294	554
	2.294	**554**

Os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a numerário disponível em caixa, certificados de depósitos bancários e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

6. IMOBILIZADO

Imobilização em curso: As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos a serem incorridos, estão valores para a compra de aerogeradores, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico. A composição do ativo imobilizado em curso é a seguinte:

Em curso	31/12/ 2014	Adições	Transferências	Reclassificação	31/12/ 2015
Máquinas e equipamentos	220	26.805	15.708	–	42.733
Móveis e utensílios	44	–	–	–	44
A ratear [1]	1.636	7.206	173	–	9.015
Juros capitalizados [2]	–	2.465	–	–	2.465
Adiantamento a fornecedor	7.681	8.391	(15.881)	–	191
Sistema de conexão e transmissão	88	5	–	–	93
Sofware	14	–	–	(14)	–
Total do custo do imobilizado	**9.683**	**44.872**	**–**	**(14)**	**54.541**

• [1] Imobilizado em curso - a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

• [2] Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 31 de dezembro de 2015 são de R$ 2.465 líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa de R$ 532 em 31 de dezembro de 2015. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 9 (Empréstimos, debêntures e encargos de divida).

7. INTANGÍVEL

A movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	31/12/2014	Adições	Reclassificação do ativo imobilizado	31/12/2015
Em curso				
Software	–	1	14	15
Total do custo do intangível	**–**	**1**	**14**	**15**

8. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Materiais e serviços	20.141	44
	20.141	44

9. EMPRÉSTIMOS, DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DÍVIDAS

			Circulante				
Instituições financeiras	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Custo a amortizar	Principal	31/12/2015	31/12/2014
BTG Pactual	18/02/15	CDI + 2,0 a.a.	–	–	–	–	2.000
Pentágono S/A	16/04/16	110% DI	2.281	(70)	13.040	15.251	–
Pentágono S/A	15/05/16	110% DI	905	(124)	13.000	13.781	–
			3.186	**(194)**	**26.040**	**29.032**	**2.000**

Em 18 de novembro de 2014, a Energia dos Ventos II assinou contrato de empréstimo com o Banco BTG Pactual no montante de R$ 2.000, com vencimento em 18 de dezembro de 2014. O contrato teve seu vencimento prorrogado para 18 de fevereiro de 2015. Em 06 de março de 2015, a Energia dos Ventos II liquidou o empréstimo com o Banco BTG Pactual. Em 16 de outubro de 2014 foi efetuada a primeira emissão de debêntures R$ 13.040 (1.304 um mil, trezentos e quatro debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 10). As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulado de 110% das taxas médias diárias dos DIs de um dia, over extra grupo, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias. A Alupar Investimento S/A é garantidora da Companhia nesta operação. O vencimento é em 16 de abril de 2016. Sendo que o valor em conta-corrente só foi liberado em 06 de março de 2015. Em 15 de julho de 2015 foi efetuada a segunda emissão de debêntures R$ 13.000 (1.300 um mil e trezentas debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R$ 10). As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulado de 110% das taxas médias diárias dos DIs de um dia, over extra grupo, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 dias. A Alupar Investimento é garantidora da Companhia nesta operação. O vencimento é em 15 de maio de 2016. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª emissão de Debêntures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas: Os contratos que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Natureza da Operação	Taxas	Parte Relacionada	31/12/2015	31/12/2014
Mútuo a receber	120% do CDI a.a	EDV I	1.140	–
Mútuo a receber	120% do CDI a.a	EDV IV	1.500	800
		Total	**2.640**	**800**

Todos os contratos de mútuos têm previsão de quitação no primeiro semestre de 2016. **Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a serem pagos aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia.

	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (i)	44	31
Remuneração do conselho	8	8
Total	**52**	**39**

(i) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital social autorizado é de R$ 29.122. O capital subscrito e integralizado é deR$ 10.500 dividido em 10.500.140 (dez milhões, quintentos mil, cento e quarenta) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2015 Ordinárias		31/12/2014 Ordinárias	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Alupar Investimento S.A.	10.499.090	99,99	4.640.090	50,99
Furnas Centrais Elétricas S.A.	–	–	4.459.000	49,00
Central Eólica Ubatuba Ltda.	1.050	0,01	910	0,01
Total das ações	10.500.140	100,00	9.100.000	100,00

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado era de R$ 9.100, e estava representado por 9.100.000 (nove milhões e cem mil) ações ordinárias, sem valor nominal. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2015, foi aprovado aumento de capital social no montante de R$ 1.400, mediante a emissão de 1.400.140 novas ações ao preço unitário de R$ 1,00 (um real) por ação ordinária.

12. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia não é parte em ações de qualquer natureza.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. **13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, empréstimos, debêntures e encargos de dívidas se aproximam do seu respectivo valor contábil. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. **13.2. Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível I -** preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível II -** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e **Nível III -** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **13.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de regulação:*** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. ***Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):*** A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros. ***Risco da escassez de vento:*** Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. ***Risco de crédito:*** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. ***Risco de liquidez:*** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. ***Sensibilidade:*** A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

14. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale-transporte e vale-refeição.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de dezembro de 2015, foi aprovada transferência de 100% das ações detidas da Alupar Investimento S. A. para a Windepar Holding S.A.. Em 11 de fevereiro de 2016 a Companhia registrou a transferência no livro de ações da Companhia. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2016 a Companhia providenciou compra de 10,202 MWm, para cumprir as cláusulas de fornecimento de energia elétrica de acordo com a venda de energia do Leilão nº 07/2011, no montante de R$ 1.769.

A Diretoria

Contadora: **Patrícia Nalini Savio Ferreira** - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da **Energia dos Ventos II S.A.** São Paulo - SP. Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos II S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de março de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2